

Relatório de Gestão e Contas

do

Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

2016



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice

Lista das principais abreviaturas	3
1. Introdução	4
2. Enquadramento	4
3. Apreciação sumária dos resultados alcançados	7
4. Candidaturas apresentadas ao Fundo e sua apreciação	9
4.1. Candidaturas apresentadas	9
4.2. Distribuição Geográfica	10
4.3. Distribuição por Entidades	11
4.4. Apreciação sumária	12
4.5 Contratos de Financiamento	15
5. Sistema de Informação de Gestão do Fundo	19
6. Análise Orçamental, Económica e Financeira	20
6.1.1. Receita	20
6.1.2. Evolução da Receita	21
6.1.3. Despesa	23
6.1.4 - Evolução da Despesa	24
6.2- Análise dos fluxos de caixa	25
6.3. Análise da situação Económica e Financeira	26
6.3.1 – Balanço	26
6.3.2 – Demonstração de Resultados	28
7. Síntese conclusiva	30



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2016).....	9
Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas apresentadas por Ministério (2016)	9
Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2016	10
Gráfico 2 – Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito (2009-2016)	10
Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2016	11
Gráfico 3 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade e anos	11
Quadro 4 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades (2009-2016)	11
Quadro 5 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados).....	12
Gráfico 4 - Decomposição das candidaturas apresentadas	12
Quadro 6 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2016)	13
Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2016)	14
Quadro 8 - Candidaturas aprovadas e contratos assinados (2009 a 2016)	15
Gráfico 5 - Comparticipação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2016)	16
Gráfico 6 - Comparticipação financeira contratualizada e pagamentos efetuados.....	16
Quadro 9 - Ponto de situação dos contratos não executados.....	17
Quadro 10 – Contratos de Financiamento com execução em 2016.....	18
Quadro 11 - Execução da Receita	20
Quadro 12 – Proveniência da receita	20
Quadro 13 – Evolução da Receita (2015-2016)	21
Gráfico 7- Evolução da receita por agrupamentos - 2015 a 2016	22
Quadro 14 - Execução da Despesa.....	23
Quadro 15 – Evolução da despesa	24
Gráfico 8- Evolução da despesa - 2015 a 2016	24
Quadro 16 - Fluxos de Caixa	25
Quadro 17 – Balanço (2016-2015).....	26
Quadro 18 – Demonstração de resultados (2016-2015)	28
Quadro A.1 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2016).....	32
Quadro A.2 – Aplicações em CEDIC	33
Quadro A.3 – Acréscimo de Proveitos – Alienação de imóveis	34



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Lista das principais abreviaturas

ADE	Administração Direta do Estado
AIE	Administração Indireta do Estado
AL	Administração Local
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde, IP
ATA	Autoridade Tributária e Aduaneira
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DRAP Alentejo	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
DRAP Algarve	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
DRAPLVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRAPN	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
EPE	Entidades Públicas Empresariais
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
GNR	Guarda Nacional Republicana
IGF	Inspeção Geral de Finanças
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos Saúde, IP
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude
MAI	Ministério da Administração Interna
MAOTE	Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEC	Ministério da Educação e Ciência
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PSP	Polícia de Segurança Pública
SGMEC	Secretaria-Geral do Ministério da Educação e da Ciência
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SGMTSSS	Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1. Introdução

O relatório de gestão e contas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP), é elaborado em cumprimento do disposto no artigo 2.º do respetivo Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, após emissão de parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

O presente documento evidencia, a execução orçamental e a situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando, também, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2016, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

2. Enquadramento

O Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro¹, tendo por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

O FRCP tem a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade nos termos do Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março.

É financiado, essencialmente, pelas receitas resultantes da alienação, da oneração, cedência de utilização e do arrendamento de bens imóveis do Estado, receita proveniente de contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade e de rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

Podem ser beneficiários de financiamento do Fundo os serviços utilizadores dos imóveis do Estado que apresentem a respetiva candidatura, devendo, no entanto, os projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação relativos aos imóveis que lhe estão afetos, elaborados em cumprimento do disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado.

Para o efeito, estão abrangidos pelo financiamento os imóveis que se encontrem afetos ao funcionamento de serviços públicos, com exceção das seguintes situações:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;

¹ Alterado pelo artigo 170.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;
- As obras em imóveis disponíveis para alienação;
- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

O financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção. Pode ser atribuída uma comparticipação financeira de percentagem superior, nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, são reduzidos a escrito no contrato de financiamento.

Nos termos do Regulamento compete às Unidades de Gestão Patrimonial a apresentação à Comissão Diretiva das candidaturas elaboradas pelos Serviços. E ainda, efetuar o acompanhamento do contrato de financiamento, designadamente, aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, e informar a Comissão Diretiva nas várias fases do projeto, tendo em vista o desembolso da comparticipação financeira, sendo as operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra reduzidas a auto.

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva², constituída em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, sendo presidida, por inerência, pela Diretora Geral do Tesouro e Finanças, e os restantes membros da comissão diretiva nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças:

- Presidente da Comissão Diretiva - Dr.ª Elsa Roncon Santos, Diretora Geral do Tesouro e Finanças, até 12 de fevereiro de 2017, sucedendo-lhe no cargo, em regime de substituição, a Dr.ª Maria João Araújo³
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ - Eng.º Bernardo Xavier Alabaça, Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com o Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial e com as Unidades de Gestão Patrimonial, com os Serviços utilizadores dos imóveis e com a DGTF, bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

² O membro designado pelo Despacho 221/13-SET, de 31 de janeiro, cessou funções em 01 de janeiro de 2016, por motivo de aposentação

³ Despacho n.º 2134/2017, de 22 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 52 de 14 de Março

⁴ Despacho n.º 510/15-SET, de 10 de abril

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

No ano de 2016, foram realizadas dezassete reuniões da Comissão Diretiva, das quais foi lavrada a competente ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, às decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda à gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas, identificam-se os seguintes pontos:

- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo e ainda da retenção dos respetivos juros;
- Apreciação e aprovação do plano de atividades de 2016;
- Apreciação da proposta de aplicação em despesa do saldo de gerência de 2015 em CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo;
- Reapreciação e aprovação do montante a financiar de doze candidaturas apresentadas pela Polícia de Segurança Pública (2), Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (1), Administração Central do Sistema de Saúde (1), Autoridade para as Condições do Trabalho (1), Casa Pia de Lisboa (1), Secretaria-Geral do MTSSS (1), Direção-Geral do Património Cultural (2) e Biblioteca Nacional de Portugal (3);
- Aprovação de 12 contratos de financiamento, relativamente às candidaturas apresentadas pela Polícia de Segurança Pública (2), Autoridade para as Condições do Trabalho (1) Casa Pia de Lisboa (1), Biblioteca Nacional de Portugal (3), Direção-Geral do Património Cultural (2), Administração Central do Sistema de Saúde (1) e Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P (1);
- Aprovação de 5 aditamentos aos contratos de financiamento celebrados com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (contrato n.º 17/2014, de 11 de dezembro), Casa Pia de Lisboa (contrato n.º 02/2015, de 03 de junho e contrato n.º 11/2016, de 25 de outubro) Autoridade para as Condições do Trabalho (contrato n.º 04/2016 de 27 de maio) e Secretaria-Geral do Ministério do MTSSS (contrato n.º 08/2016 de 22 de julho);
- Apreciação e autorização dos pedidos de comparticipação apresentados pelas entidades, na sequência dos contratos de financiamento celebrados;
- Apreciação de processos de despesa no contexto do fecho orçamental de 2015;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2015 e restantes documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2015;
- Apreciação e aprovação dos relatórios trimestrais da execução orçamental respeitantes a 2016;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2017;

3. Apreciação sumária dos resultados alcançados

A atividade desenvolvida em 2016 integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se encontram sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

O número de candidaturas apresentadas registou um acréscimo de 30% face ao ano transato, tendo sido apresentadas 32 candidaturas de 15,54 milhões de euros, justificado pela continuidade das ações de divulgação do Fundo junto dos diversos serviços e organismos públicos.

Verificou-se um ligeiro abrandamento em 2016, quer no ritmo de apreciação e decisão das candidaturas, quer na sua contratualização. Foram aprovadas 6 candidaturas, e celebrados 17 contratos de financiamento, dos quais 5 são contratos de aditamento. Assim, foram contratualizadas 12 candidaturas das quais 6 correspondem a candidaturas aprovadas em 2016, 3 em 2015, 3 em anos anteriores.

Salienta-se como melhoria, a redução do número de candidaturas aprovadas sem contrato formalizado. No final do ano permaneciam nesta situação 17 candidaturas, sendo que se prevê em 2017 a assinatura de 6 contratos, sendo 1 no âmbito do MAI, 2 do MS e 3 da PCM/MC.

Não obstante, a redução no número de candidaturas aprovadas por contratualizar, continuaram ainda a persistir algumas dificuldades na contratualização das demais candidaturas aprovadas, justificadas pelas restrições orçamentais e que têm reflexo nas disponibilidades dos serviços beneficiários para assegurar a cabimentação orçamental da sua responsabilidade. Por outro lado, há também, aspetos de natureza processual e administrativa, relacionados essencialmente com a morosidade dos procedimentos de contratação pública e, ainda, na obtenção das autorizações prévias através da aprovação e assinatura da respetiva portaria de extensão de encargos, atendendo a que algumas das intervenções propostas envolvem encargos plurianuais.

Em 2016, foram despendidos 3,1 milhões de euros no âmbito dos contratos de financiamento celebrados, o que representa uma ligeira quebra face ao ano anterior, em que foram executados 3,3 milhões de euros.

Para este resultado contribuíram, essencialmente, os atrasos na execução das empreitadas, que impossibilitaram a conclusão das mesmas dentro dos prazos inicialmente definidos e a redução do valor da comparticipação financeira na sequência da adjudicação dos trabalhos por um valor inferior ao valor inicial das despesas.

No que respeita à receita no valor de 8,7 milhões de euros, registou-se um acréscimo de 1,8 milhões de euros face ao ano anterior, superando o valor orçamentado que correspondia a 6,1 milhões de euros.

Neste contexto, o Fundo continua a demonstrar uma situação económica e financeira favorável, verificando-se que a receita arrecadada foi suficiente para fazer face às despesas.

Durante o ano de 2016, foi elaborado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Fundo, em conformidade com a recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção emitida em 1 julho de 2009, cuja aprovação e publicitação se prevê para breve.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

No que respeita ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, não foi possível implementar em 2016 este objetivo, atendendo a que esta funcionalidade está dependente do desenvolvimento do projeto de criação de um portal especializado em imobiliário público, no âmbito da medida 194 Simplex+ 2016, que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

4. Candidaturas apresentadas ao Fundo e sua apreciação

4.1. Candidaturas apresentadas

Durante o ano de 2016, foram apresentadas 32 novas candidaturas, tendo-se registado a apresentação acumulada desde 2009, de 283 candidaturas cujo investimento total ascende a 160 milhões de euros.

Quadro 1 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2016)

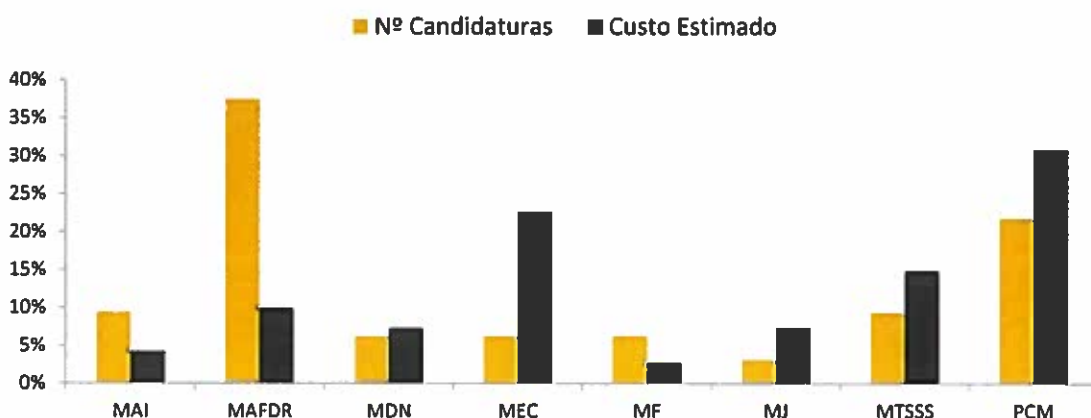
Ministério	2009-2014		2015		2016		Total	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
MAI	29	3.281.094	2	536.406	3	658.358	34	4.475.857
MAFDR	27	4.674.629	-	-	12	1.535.040	39	6.209.669
MDN	23	5.392.720	15	3.434.608	2	1.125.840	40	9.953.168
ME	1	437.760	-	-	-	-	1	437.760
MEC	10	5.251.665	2	5.621.592	2	3.524.556	14	14.397.814
MF	3	684.577	-	-	2	419.829	5	1.104.407
MJ	12	2.418.464	-	-	1	1.154.514	13	3.572.978
MS	67	80.874.134	-	-	-	-	67	80.874.134
MTSSS	17	10.832.742	4	694.343	3	2.309.912	24	13.836.998
PCM	36	20.689.372	3	548.225	7	4.807.411	46	26.045.008
Total	225	134.537.157	26	10.835.174	32	15.535.460	283	160.907.792

Comparativamente com o ano anterior verifica-se um aumento, quer ao nível do número de candidaturas apresentadas (30%), quer a nível do valor, com um aumento de 43%.

Em termos acumulados, em nº de candidaturas, destaca-se o MS, seguindo-se a PCM e o MDN, sendo este último substituído pelo MEC no que respeita ao investimento envolvido.

Quanto à distribuição por Ministério, em 2016, atendendo ao nº de candidaturas apresentadas verifica-se uma concentração no MAFDR com 12 candidaturas, seguido da PCM com 7 candidaturas. Atendendo ao investimento global das intervenções destaca-se o PCM, seguido do MEC com apenas 2 candidaturas.

Gráfico 1 – Distribuição das candidaturas apresentadas por Ministério (2016)



FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**4.2. Distribuição Geográfica**

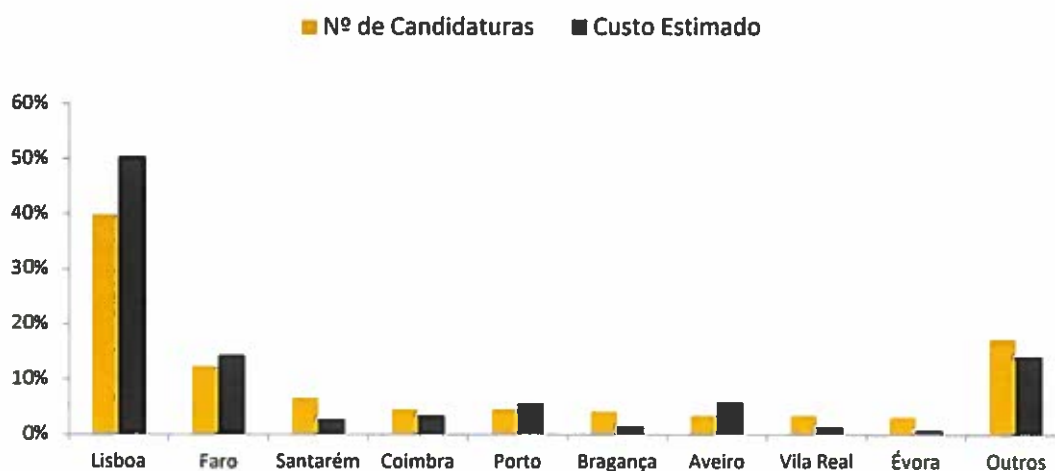
Em relação à localização dos imóveis das candidaturas apresentadas, observou-se em 2016, uma concentração no distrito de Lisboa, com um valor aproximado de 12,27 milhões de euros, correspondente a 79% do investimento, número para o qual contribui o facto de a grande maioria dos serviços se encontrarem sediados nesse distrito.

Segue-se o distrito de Bragança com cerca de 23% das candidaturas, representado pelo MAFDR com 6% (0,87 milhões de euros) do investimento.

Quadro 2 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito-2016

Distrito	N.º	N.º (%)	Valor (€)	Valor (%)
Lisboa	12	46%	12.267.342	79%
Bragança	6	23%	870.840	6%
Vila Real	4	15%	504.300	3%
Évora	2	8%	436.561	3%
Porto	2	8%	159.900	1%
Braga	1	4%	119.003	1%
Faro	1	4%	152.614	1%
Ilha de São Miguel	1	4%	157.546	1%
Portalegre	1	4%	418.200	3%
Setúbal	1	4%	328.000	2%
Viana do Castelo	1	4%	121.155	1%
Total	26	100%	15.535.460	100%

Em termos acumulados e conforme se pode observar no gráfico 2, prevalece tal como já acontecia, a relevância do distrito de Faro que, excluindo Lisboa e em comparação com os restantes distritos, apresenta um volume de investimento mais significativo, correspondendo a 14%, assumindo especial significado as candidaturas apresentadas em 2010 pelo MS (20), ainda, as 9 candidaturas relativas ao então MAFDR.

Gráfico 2 – Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito (2009-2016)

4.3. Distribuição por Entidades

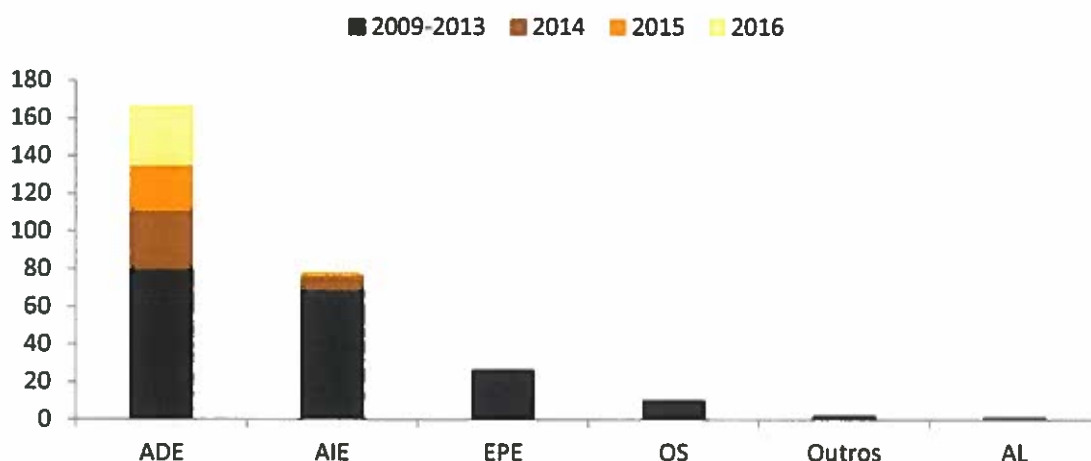
Analisando as candidaturas apresentadas em 2016 por grupos de entidades, pode observar-se no quadro 3 que, quer em número de candidaturas, quer a nível de investimento estas concentram-se nos serviços que integram a Administração Direta do Estado (ADE) responsável por 97%, correspondendo-lhe também a maior fatia a nível de investimento com 99%.

Quadro 3 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades – 2016

Setor	Candidaturas			
	N.º	N.º (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta	31	97%	15.303.901	99%
Administração Indireta	1	3%	231.560	1%
Total Geral	32	100%	15.535.460	100%

Em termos de número de candidaturas, este tipo de repartição por grupos de entidades, já se verifica desde 2014, conforme se pode verificar no gráfico 3.

Gráfico 3 - Distribuição das candidaturas por grupos de entidade e anos



Em termos acumulados, pode observar-se no quadro 4 que, apesar de serem predominantes as candidaturas apresentadas por organismos da Administração direta, ao nível de investimento estas repartem-se por serviços que integram a Administração Indireta do Estado (AIE) responsável por 35%, Administração Direta do Estado (ADE), com 34% e pelas Entidades Públicas Empresarial (EPE) com 29%.

Quadro 4 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades (2009-2016)

Setor	Candidaturas			
	N.º	N.º (%)	Valor (€)	Valor (%)
Administração Direta	166	59%	55.293.815	34%
Administração Indireta	78	28%	56.224.281	35%
Administração Local	1	0%	37.239	0%
Entidade Pública Empresarial	26	9%	45.901.124	29%
Órgão de soberania/Tribunal	10	4%	1.513.425	1%
Outros	2	1%	1.937.910	1%
Total Geral	283	100%	160.907.792	100%

4.4. Apreciação de candidaturas

Conforme descrito no ponto 3, no decorrer do ano de 2016 foram apresentadas 32 novas candidaturas, que no conjunto totalizam aproximadamente 15,54 milhões de euros de investimento

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução da atividade operacional do Fundo em 2016, ao nível de número de candidaturas submetidas e apreciadas e comparação com a atividade dos anos anteriores.

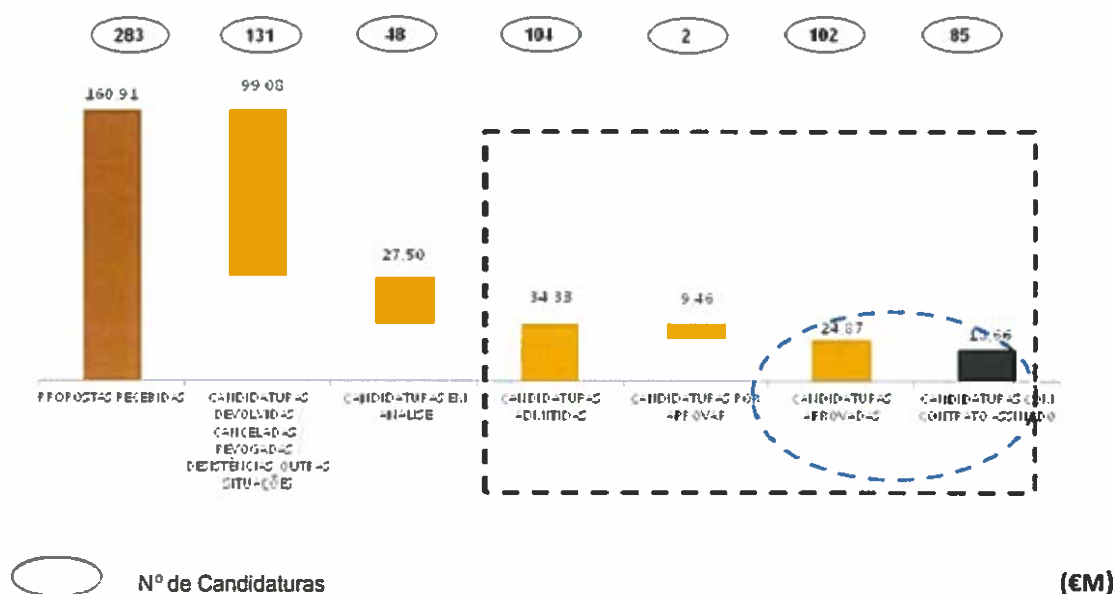
Quadro 5 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados)

Anos	Nº de Propostas recebidas	Nº de Candidaturas Devolvidas/Canceladas Revogadas/Desistências/Outras situações	Nº de Candidaturas em análise/pendinges	Nº de Candidaturas Admitidas	
				Aprovadas	Por aprovar
2009	26	13	13	-	-
2010	125	60	33	11	21
2011	131	75	15	34	7
2012	147	79	11	41	16
2013	188	104	18	62	4
2014	225	109	30	84	2
2015	251	129	24	96	2
2016	283	131	48	102	2

Em 2016, conforme evidência o quadro anterior, o número de candidaturas apresentadas desde a criação do Fundo perfaz 283. Registou-se um acréscimo de 2 candidaturas no grupo das candidaturas “devolvidas/outras situações”, foram aprovadas 6 candidaturas, encontrando-se 48 candidaturas em análise ou pendentes.

Apresenta-se de seguida, no gráfico 4, de forma sucinta e esquemática, a decomposição das candidaturas reportada ao final de 2016.

Gráfico 4 - Decomposição das candidaturas apresentadas



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 6 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2016)

Ministério	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas/ Canceladas/Revogadas/ Desistência/ Outras situações		Candidaturas em análise/pendentes		Candidaturas Admitidas	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
MAI	34	4.475.857	6	607.267	3	719.550	25	3.149.041
MAFDR	39	6.209.669	9	692.776	15	1.817.448	15	3.699.445
MDN	40	9.953.168	21	5.758.220	3	1.493.632	16	2.701.316
ME	1	437.760	1	437.760	-	-	-	-
MEC	14	14.397.814	9	7.692.911	2	3.673.287	3	3.031.616
MF	5	1.104.407	-	-	2	419.829	3	684.577
MJ	13	3.572.978	12	2.418.464	1	1.154.514	-	-
MS	67	80.874.134	48	59.082.763	9	8.990.908	10	12.800.463
MTSSS	24	13.836.998	12	7.710.154	6	4.421.129	6	1.705.715
PCM	46	26.045.008	13	14.681.686	7	4.807.411	26	6.555.911
Total Geral	283	160.907.792	131	99.081.999	48	27.497.708	104	34.328.085

Durante o ano de 2016, foram arquivadas 2 candidaturas. A candidatura do IPDJ submetida através da PCM, foi substituída por uma nova candidatura na sequência de apresentação de candidatura pela UGP do MEC, face à transição para o âmbito das competências deste ministério da entidade, anteriormente integrada na Presidência do Conselho de Ministros e a candidatura da SGMEC que não tinha sido aprovada por insuficiência de fundos, devido à apresentação de uma nova candidatura nos termos do n.º 6 do artigo 9.º do Regulamento do Fundo.

Deste modo, o total de candidaturas “devolvidas/desistência/outras situações” perfaz (131), a que corresponde um montante global de investimento de 99, 081 milhões de euros, representando 46% da totalidade das candidaturas submetidas, justificado, essencialmente, pela falta de enquadramento das candidaturas e dos seus beneficiários, nas condições gerais e específicas previstas no Regulamento de Gestão do Fundo.

No que concerne ao grupo das candidaturas em análise/pendentes, verificou-se um acréscimo no número de candidaturas, cujo peso é de 17%, face a 10% em 2015, que no seu conjunto totalizam 27,49 milhões de euros. Nesta situação enquadram-se 29 candidaturas apresentadas em 2016, 2 candidaturas apresentadas em 2015, 4 em 2014, 8 em 2013, 1 em 2011 e 4 em 2010.

Este número inclui 15 candidaturas pendentes no montante de 7,58 milhões de euros, da junção de esclarecimentos dos serviços beneficiários essenciais à análise, nomeadamente, apresentação de uma memória descritiva e justificativa, com descrição das patologias presentes nos imóveis e as intervenções a implementar, acompanhadas de uma estimativa de custo de todos os trabalhos. Relativamente às candidaturas que transitaram de 2010 e 2011 subsiste a insuficiência de elementos sobre a situação patrimonial dos imóveis.

Ainda quanto a este grupo, em termos de nº de candidaturas, destaca-se o MAFDR, o MS e a PCM e o MTSSS, onde se incluem 12 candidaturas apresentadas em 2016 pela Direção Regional de Agricultura do Norte, e 5 candidaturas apresentadas no 4º trimestre de 2016 pela PCM, respeitantes à Direção-Geral do Património Cultural (3) e Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (2).

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Sobre as candidaturas admitidas, apresenta-se no quadro 7 o ponto de situação do número de candidaturas aprovadas e por aprovar e os montantes do investimento, em função dos Ministérios a que as candidaturas respeitam.

Quadro 7 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2016)

Ministério	Candidaturas Admitidas		Candidaturas Aprovadas			Candidaturas Por Aprovar	
	N.º	Valor	N.º	Valor	Montante a Financiar	N.º	Valor
MAI	25	3.149.041	25	3.149.041	2.426.913		
MAFDR	15	3.699.445	15	3.699.445	2.798.645		
MDN	16	2.701.316	16	2.701.316	2.069.649		
MEC	3	3.031.616	3	3.031.616	2.374.337		
MF	3	684.577	3	684.577	529.581		
MS	10	12.800.463	8	3.343.620	2.540.995	2	9.456.843
MTSSS	6	1.705.715	6	1.705.715	1.312.632		
PCM	26	6.555.911	26	6.555.911	5.462.417		
Total Geral	104	34.328.085	102	24.871.242	19.515.170	2	9.456.843

Em resultado da aprovação de 6 novas candidaturas, elevou-se para 102 o número de candidaturas aprovadas, e o volume de investimento total do Fundo ascendeu a 19,5 milhões de euros. Em termos médios de percentagem de financiamento, aquele valor corresponde a 78,5% do custo estimado da operação de intervenção, ou seja, muito próximo do valor máximo previsto na Portaria n.º 293/2009.

Mantêm-se na mesma situação as 2 candidaturas por aprovar, que se encontram pendentes da junção de elementos por parte do serviço beneficiário, nomeadamente esclarecimento da respetiva unidade de gestão patrimonial, sobre a intenção do serviço acerca das candidaturas.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**4.5 Contratos de Financiamento**

Em 2016 foram celebrados 17 contratos de financiamento, 12 referentes a novas candidaturas, 3 em aditamento a contratos celebrados no ano e 2 em aditamento a contratos de financiamento celebrados em anos anteriores.

Os referidos aditamentos, decorrem essencialmente da redução do valor da comparticipação financeira na sequência da adjudicação dos trabalhos por um valor inferior ao respetivo montante estimado. No caso do aditamento ao contrato celebrado em 2014, com a da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, foi incluída uma cláusula referente ao desembolso de 25% do valor da comparticipação financeira aprovada.

Em termos acumulados, desde a criação do Fundo, foram celebrados 85 contratos de financiamento, o que corresponde um montante total contratualizado de 14,69 milhões de euros e uma taxa de contratualização de 83%.

Apesar da evolução registada na taxa de contratualização, que em 2015 correspondia a 70%, persiste, ainda, um desfasamento entre as candidaturas aprovadas e as contratualizadas, explicado, essencialmente, pelas restrições orçamentais impostas pela atual conjuntura às entidades beneficiárias.

Da análise do quadro 8 e gráfico 5 e 6 ressalta que a maioria das candidaturas aprovadas se concentram em três ministérios - PCM, MAI e MDN, com um peso de 66%, e que os mesmos representam 71% das contratualizadas, e que existe um desfasamento entre a contratualização e a execução das operações.

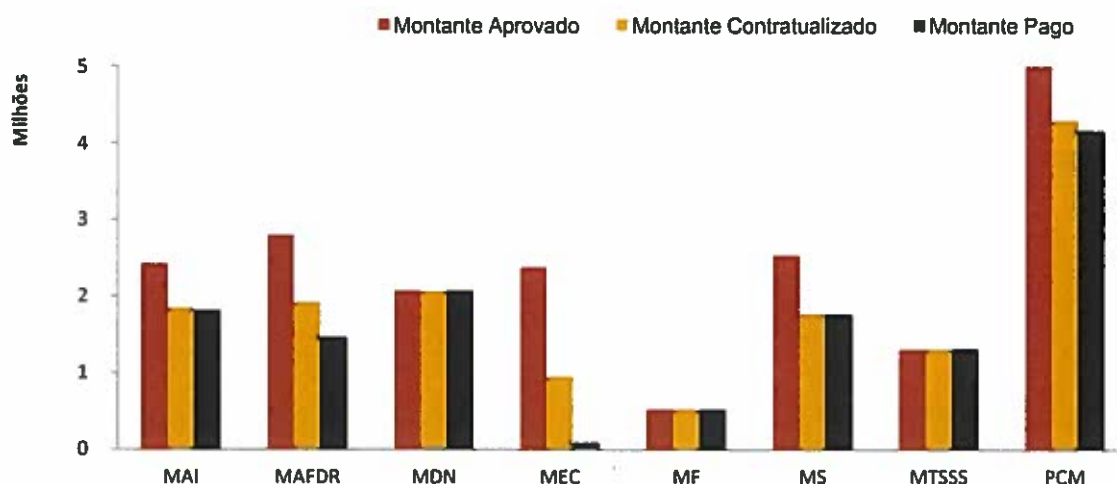
Quadro 8 - Candidaturas aprovadas e contratos assinados (2009 a 2016)

Ministério	Candidaturas Aprovadas		Candidaturas com contratos assinados			Candidaturas sem contrato	
	N.º	Montante a Financiar	N.º	Montante a Financiar	Montante Pago	N.º	Montante a Financiar
MAI	25	2.426.913	22	1.850.351	1.815.934	3	576.563
MAFDR	15	2.798.645	10	1.921.281	1.464.840	5	877.364
MDN	16	2.069.649	16	2.069.649	2.069.649	-	-
MEC	3	2.374.337	2	949.576	89.115	1	1.424.761
MF	3	529.581	3	529.581	529.581	-	-
MS	8	2.540.995	4	1.772.276	1.767.384	4	768.719
MTSSS	6	1.312.632	6	1.312.632	1.312.632	-	-
PCM	26	5.462.417	22	4.293.937	4.156.654	4	1.168.480
Total	102	19.515.170	85	14.699.283	13.205.790	17	4.815.887

Constata-se que as candidaturas aprovadas do MDN, MF e MTSSS foram todas contratualizadas. Relativamente às candidaturas aprovadas e ainda não contratualizadas e considerando o montante a financiar e a sua distribuição por ministério, destaca-se o MEC, a PCM, seguido do MAFDR, com um peso de 30%, 24% e 18%, respetivamente.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Gráfico 5 - Comparticipação financeira aprovada, montante contratualizado e montante pago por ministério (2009-2016)



Quanto à candidatura apresentada pelo MEC, a assinatura do contrato encontra-se pendente, designadamente, da apresentação do projeto de execução e da resolução prévia das questões da ocupação parcial ainda subsistente do imóvel a intervencionar.

Relativamente às restantes candidaturas aprovadas em anos anteriores, refere-se a consulta efetuada às unidades de gestão patrimonial, tendo em vista melhorar o desempenho do Fundo e consequente libertação de verbas para outras candidaturas. Deste modo, prevê-se a assinatura em 2017 de contratos relativamente a 6 candidaturas, sendo 1 no âmbito do MAI, (candidatura n.º 5/2015), 2 do MS (candidaturas n.º 17/2013 e 18/2013) e 3 da PCM (candidaturas 64/2010 e 65/2010 apresentada pela Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, e candidatura n.º 06/2011 apresentada pela Academia Nacional de Belas Artes).

Atendendo à execução financeira, destacam-se quatro ministérios – MDN, MF e MTSSS com uma taxa de execução de 100% e o MS com 99,7.

Gráfico 6 - Comparticipação financeira contratualizada e pagamentos efetuados



O quadro 9 sintetiza o ponto de situação das candidaturas com contratos financeiros por executar ou em execução.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Quadro 9 - Ponto de situação dos contratos não executados

Entidade /Ministério	Candidatura	Ano Contrato	Financiamento FRCP	Execução até 31/12/2016	Montante Por executar
DRAPN	89/2010	2012 /2015	95.969	63.712	32.257
DRAPN	90/2010	2012 /2015	28.601	0	28.601
DRAPLVT	73/2010	2013	146.904	0	146.904
DRAP Alentejo	74/2010	2014	134.550	0	134.550
DRAP Alentejo	76/2010	2014	107.933	21.420	86.513
MAFDR	5		513.957	85.132	428.825
MS	06/2010	2012/2014/2015	410.328	407.983	2.344
MS	1		410.328	407.983	2.344
SGMEC (*)	09/2009	2014	764.329	0	764.329
IPDJ	08/2016	2016	185.248	89.115	96.132
MEC	2		949.576	89.115	860.461
DGPC	04/2014	2015	348.000	210.717	137.283
PCM	1		348.000	210.717	137.283
PSP	01/2016	2016	96.924	77.536	19.388
PSP	09/2016	2016	89.252	74.224	15.028
MAI	1		186.176	151.760	34.416
TOTAL	10		2.408.037	944.707	1.463.329

(*) Contratos plurianuais

Ainda no tocante à comparticipação financeira contratualizada, o montante por executar ascende a 1.463 milhares de euros, sendo que no que respeita às candidaturas com contrato celebrado em 2016, foi aprovada a prorrogação do período de execução e a transição do montante por executar para 2017.

Destaca-se o MEC, sendo que no que respeita ao contrato plurianual assinado em 2014 com a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência para recuperação e valorização do Palácio das Laranjeiras, a entidade solicitou a transição da totalidade das verbas e reapreciação da candidatura, por não ter sido possível dar início aos procedimentos necessários à execução de empreitada.

No que se refere ao MAFDR, com 5 contratos, relativamente a 3 contratos celebrados em 2013 e 2014 não foi remetida informação por parte dos serviços – DRAP Alentejo (2) e DRAPLVT (1) - de que dispunham de dotação orçamental em 2016 para assegurar a parcela que não é objeto de comparticipação, apesar de no caso de esta última ter sido inscrita dotação orçamental para 2016, atendendo a que se encontravam em preparação os procedimentos para lançamento do concurso de empreitada para execução da obra.

No caso dos contratos celebrados com a DRAP Norte, o financiamento por executar resultou das dificuldades na execução da obra por incumprimento parcial do contrato de empreitada respeitante ao Edifício de Mirandela e, incumprimento total do contrato de empreitada de Matosinhos, o que obrigou à apresentação de pedido de prorrogação da portaria de extensão de encargos.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

A execução em 2016, refere-se a 18 contratos, conforme consta no quadro seguinte:

Quadro 10 – Contratos de Financiamento com execução em 2016

Ministério Entidade	Contrato /Aditamento		Financiamento FRCP	Pagamentos 2015	Pagamentos 2016	Por executar
	Nº	Data				
PCM-DGLAB	17/2014 13/2015 02/2016	11-12-2014 24-09-2015 04-04-2016	561.353,00	-	561.353,00	-
PCM-DGPC	10/2015	08-09-2015	187.832,00	5.660,13	182.171,87	-
PCM-DRCN	19/2015	18-12-2015	145.039,69	-	145.039,69	-
PCM-DGPC	21/2015	23-12-2015	166.755,74	-	166.755,74	-
PCM-DGPC	23/2015	23-12-2015	348.000,00	116.000,00	94.717,26	137.282,74
MF-AT	24/2015	29-12-2015	271.206,41	-	271.206,41	-
Subtotal (6 contratos)			1.680.186,84	121.660,13	1.421.243,97	137.282,74
MTSSS-ACT	04/2016 13/2016	27-05-2016 14-12-2016	138.850,24	-	138.850,24	-
PCM-BNP	05/2016	22-07-2016	118.217,21	-	118.217,21	-
PCM-BNP	06/2016	22-07-2016	83.220,60	-	83.220,60	-
PCM-BNP	07/2016	22-07-2016	108.411,29	-	108.411,29	-
MTSSS-SG	08/2016 17/2016	22-07-2016 29-12-2016	102.802,29	-	102.802,28	-
PCM-DGPC	09/2016	28-07-2016	84.653,29	-	84.653,29	-
MEC-IPDJ	10/2016	25-10-2016	185.247,64	-	89.115,37	96.132,27
MTSSS-CPL	11/2016 18/2016	25-10-2016 29-12-2016	167.190,72	-	167.190,72	-
MS-ACSS	12/2016	28-11-2016	532.482,07	-	529.934,89	2.547,18
PCM-DGPC	14/2016	14-12-2016	103.026,06	-	103.026,06	-
MAI-PSP	15/2016	29-12-2016	96.924,00	-	77.535,78	19.388,22
MAI-PSP	16/2016	29-12-2016	89.251,88	-	74.223,75	15.028,13
Subtotal (12 contratos)			1.810.277,29	-	1.677.181,48	133.095,81
Total (18 contratos)			3.490.464,13	121.660,13	3.098.425,45	270.378,55

(*) Contratos plurianuais

Atendendo ao valor de financiamento associado aos 18 contratos de financiamento, e à respetiva execução verifica-se que foram executados na totalidade 13 dos 18 contratos de financiamento. Do montante pago em 2016 constata-se que 54% (€1.677.181,48) é referente a candidaturas com contratos celebrados em 2016.

O valor correspondente a contratos de anos anteriores, foi consequência das seguintes situações:

- Apresentação pelas respetivas unidades de gestão patrimonial dos pedidos de comparticipação financeira respeitantes às candidaturas 40/2013, 18/2014 e 08/2014 a que se referem os contratos de Financiamento 19/2015, 21/2015 e 24/2015;
- Execução de contratos de financiamento celebrados em 2015, respeitantes às candidaturas n.º 14/2013 e 04/2014, apresentadas pela DGPC, face à alteração entretanto verificada no calendário de execução das empreitadas, e ao reescalonamento dos encargos para 2015 e 2016⁵.

⁵ Despacho nº 1015/2016/SEO exagerado na informação n.º 3897/2016, foi autorizado o reescalonamento dos encargos plurianuais relativos à Portaria nº 1/2015, publicada no Diário da República 1ª Série, n.º 1, de 2 de Janeiro e à assinatura da Portaria para

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- Execução integral do contrato com encargos plurianuais⁶ respeitante à candidatura da DGLAB, foi autorizada a transição de saldo de 2015 para 2016, atendendo às alterações no calendário de execução e à possibilidade de transição de saldos de anos anteriores.

No que respeita ao montante por executar, foi autorizada a transição para 2017 dos compromissos, com exceção do valor correspondente ao contrato celebrado com a ACSS, dado que a execução foi inferior ao inicialmente contratado, e que o montante por executar corresponde a trabalhos a menos.

5. Sistema de Informação de Gestão do Fundo

Em 2016, e para cumprimento da norma estabelecida nos decretos-leis de execução orçamental da obrigatoriedade da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) pelos serviços e fundos autónomos através da adesão de uma das modalidades disponibilizadas pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), manteve-se a modalidade de utilização da solução GERFIP, de Partilha de Serviços, o que se traduz que um conjunto de tarefas até aí da responsabilidade do Fundo, passaram a ser executadas pela ESPAP, com o acompanhamento do Fundo.

Refira-se ainda que foram introduzidas melhorias e aperfeiçoamentos na gestão operacional do Fundo sobre as candidaturas recebidas, analisadas e aprovadas, relativas a operações de recuperação, reconstrução e conservação dos imóveis de propriedade do Estado, conduzindo a que de forma expedita seja possível fazer o “audit trail” de cada processo e verificar a sua evolução.

No que respeita à divulgação de informação relativa ao Fundo, conforme previsto no plano de atividades, foi inserida informação no site da DGTF, nomeadamente legislação aplicável ao Fundo e Relatórios de Gestão e Contas.

Cabe ainda mencionar que, apesar de ter sido elaborado o suporte digital que vai permitir a apresentação de candidaturas online, ficando os vários elementos estruturados e imediatamente disponíveis para visualização e análise, no entanto, não foi possível concluir o processo de operacionalização, atendendo a que esta funcionalidade está dependente do desenvolvimento do projeto de criação de um portal especializado em imobiliário público, no âmbito da medida 194 Simplex+ 2016, que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

reescalonamento dos encargos relativos à Portaria 10/2015 de 30 de dezembro de 2014, publicada no Diário da República 2ª Série, nº 4, de 7 de Janeiro

⁶ Portaria n.º 996/2014, publicada no D.R., 2ª série, n.º 233, de 2 de dezembro com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 637/2015, publicada no D.R. 2ª série, n.º 161, de 19 de Agosto de 2015

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6. Análise Orçamental, Económica e Financeira

6.1. Análise Orçamental

A execução do Orçamento permite conhecer os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o exercício económico de 2016, em termos globais e por tipologia de rubrica orçamental.

6.1.1. Receita

Quanto à receita apresenta-se o quadro infra com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 11 - Execução da Receita

(euros)						
Designação	Dotações Corrigidas	Receita Cobrada Bruta	Restituições Emitidas/ Restituições Pagas	Receita Cobrada Líquida	Taxa de Execução	Peso Estrutural
Receitas Correntes						
05.03. - Rendimentos da Propriedade-juros	134.345	134.345		134.345	100,0%	1,0%
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas	14.124	14.719		14.719	104,2%	0,1%
06.03. – Transferências correntes	29.781					
07.03 - Venda de bens e serviços - rendas	5.585.876	8.293.463	121.590	8.171.873	146,3%	58,1%
Receita Correntes	5.764.126	8.442.527	121.590	8.320.937	144,4%	59,2%
Receitas de Capital						
10.03.- Transferências de capital	317.096	419.013		419.013	132,1%	3,0%
Receitas de capital	317.096	419.013		419.013	132,1%	3,0%
Outras Receitas						
16.01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	5.320.238	5.320.238		5.320.238	100,0%	37,8%
Outras Receitas	5.320.238	5.320.238		5.320.238	100,0%	37,8%
Receitas Totais	11.401.460	14.181.778	121.590	14.060.188	123,3%	100,0%

A receita própria cobrada foi de 14.060.188 €, apresentando uma taxa de execução de 123,3% face à dotação corrigida. O quadro seguinte decompõe a receita de acordo com a sua proveniência.

Quadro 12 – Proveniência da receita

Classificação Económica	Designação	Valor (€)	Peso Estrutural
05.03. - Rendimentos da Propriedade-juros	Juros Ilíquidos recebidos	134.345	1,5%
05.10. - Rendimentos da Propriedade-rendas	Cedências e arrendamentos - Terrenos	14.719	0,2%
07.03 - Venda de bens e serviços - Rendas	Cedências e arrendamentos - Edifícios	139.576	1,6%
07.03 - Venda de bens e serviços - Rendas	Princípio de Onerosidade	8.032.297	91,9%
10.03.- Transferências de capital	Alienação de Imóveis	419.013	4,8%
Total da Receita		8.739.950	100%

Quanto à sua natureza, encontra-se repartida por receita correntes, com um peso estrutural de 59,2%, receitas de capital com 3,0% e outras receitas com 37,8%.

As receitas correntes superaram a dotação corrigida, destacando-se a rubrica 07.03, com uma taxa de execução de 146,3%. Esta rubrica engloba a receita proveniente do princípio da onerosidade e ainda, a receita resultante das rendas e cedências de imóveis de Estado.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Refira-se ainda que durante o ano de 2016, conforme disposto no n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril (DLEO), a DGTF ficou autorizada, a liquidar e cobrar aos serviços, organismos públicos e demais entidades as contrapartidas decorrentes da implementação do princípio da onerosidade liquidadas, comunicadas e devidas nos anos de 2014 e 2015 e cujo pagamento não tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2015.

O valor da receita do princípio da onerosidade resulta, para além dos 49% do produto das contrapartidas previsto no artigo 7.º da Portaria n.º 278/212, e da afetação adicional ao Fundo de 26% mediante despacho, entretanto, alterado para 50% do produto das contrapartidas, desde 12/08, de acordo a alteração do artigo 7.º da Portaria n.º 278/2012, introduzida pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de Agosto.

Mencione-se ainda, o registo de uma restituição de 121.590 € na rubrica 07.03, resultante do pedido de devolução referente a receita do princípio da onerosidade arrecadada no ano de 2015, em cumprimento do despacho da Diretora-Geral do Tesouro e Finanças.

Quanto à componente receitas de capital fez o montante de 419.013 €, procedente de transferências de capital respeitantes a alienações de bens imóveis do Estado, sendo que 144.611 € de acordo com o despacho de 2016⁷ e o remanescente 274.402 €, diz respeito a alienações de anos anteriores, de acordo com os despachos datados de 2011, 2012, 2014 e 2015.

As outras receitas correspondem ao saldo de gerência de 2015 integrado no orçamento de 2016.

6.1.2. Evolução da Receita

O quadro 13 evidencia a evolução da receita.

Quadro 13 – Evolução da Receita (2015-2016)

Designação	(euros)					
	Receita Cobrada 2015		Receita Cobrada 2016		Variação 2015-2016	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
Receitas Correntes						
05.03. – Rendimentos de Propriedade - Juros	262.202	3,0%	134.345	1,0%	-127.857	-48,8%
05.10. – Rendimentos de Propriedade - Rendas	5.970	0,1%	14.719	0,1%	8.749	146,5%
07.03 - Venda de bens e serviços - Rendas	6.378.433	73,2%	8.171.873	58,1%	1.793.440	28,1%
Receitas Correntes	6.646.605	76,2%	8.320.937	59,2%	1.674.332	25,2%
Receitas de Capital		0,0%		0,0%		
10.03 - Transferências de capital	236.741	2,7%	419.013	3,0%	182.272	77,0%
13.01. - Outras receitas de capital - outras	10.451	0,0%	-	0,1%	10.451	-
Receitas de Capital	247.192	2,8%	419.013	3,0%	171.821	69,5%
Outras Receitas						
16. 01. - Saldo da gerência anterior- Saldo orçamental	1.823.657	20,9%	5.320.238	37,8%	3.496.581	191,7%
Outras Receitas	1.823.657	20,9%	5.320.238	37,8%	3.496.581	191,7%
Receitas Totais	8.717.454	100,0%	14.060.188	100%	5.342.734	61,3%

⁷ Despacho 1310/16 – SEATF, de 15 dezembro, ao abrigo do disposto nas alíneas b) e c) do artigo 5º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

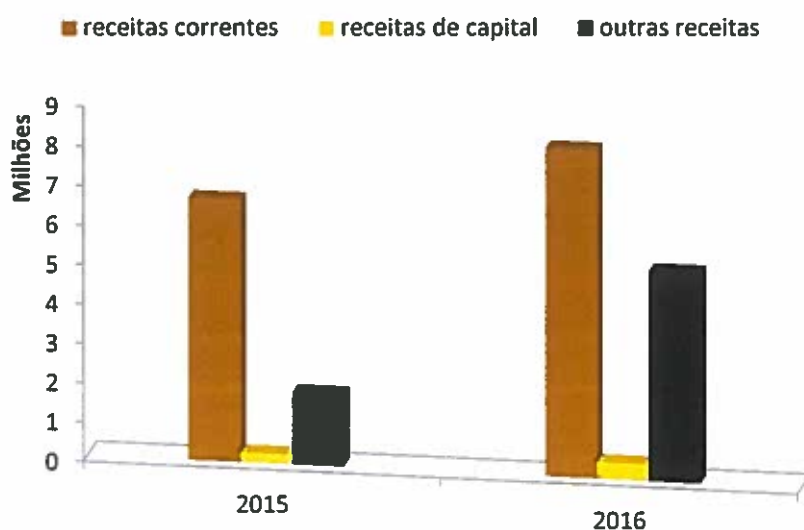
A receita cobrada registou um acréscimo de 5.342.734 €, face ao anterior, correspondendo a uma variação de 61%. Para este comportamento, contribuíram as oscilações positivas em rubricas de receita correntes, capital e outras receitas, a saber:

- **Rendimento da propriedade** – rendas terrenos apresenta um acréscimo de 146,6%, traduzindo-se numa variação de 8.749 €, resultante do aumento da receita proveniente de cedências de utilização de terrenos de propriedade do Estado.
- **Renda de edifícios** verifica-se um aumento de 28,1%, registando um acréscimo de 1.793.440 €, resultante das contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade e das cedências de utilização de edifícios propriedade do Estado.
- **Transferência de capital** – Administração Pública, regista-se um aumento de 77,0%, correspondente a 182.272 € proveniente da receita do produto da alienação de bens imóveis do Estado.
- **Saldo de gerência de 2015 a integrar no orçamento de 2016**, verifica-se um acentuado aumento de 191,7%, revelando um acréscimo de 3.496.581 €, face ao saldo de gerência anterior no valor de 1.823.657 €.

Por outro lado, a rubrica de Rendimentos Propriedade-juros registou uma quebra de 48,8%, traduzindo-se num decréscimo de 127.857 €, resultante da descida da taxa de juro das aplicações de curto prazo em CEDIC.

No gráfico 7 sobressai que as receitas correntes são as que detêm maior impacto entre 2015-2016, seguindo-se as outras receitas e por último as receitas de capital.

Gráfico 7- Evolução da receita por agrupamentos - 2015 a 2016



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.1.3. Despesa

Quanto à despesa, apresenta-se o quadro 14 com a distribuição em termos de classificação económica:

Quadro 14 - Execução da Despesa

(euros)

Natureza da Despesas	Dotações Corrigidas	Cativos	Compromissos assumidos	Despesas Paga Valor	Peso	Compromissos por pagar	Taxa de Execução
Despesas Correntes							
02.- Aquisição de Bens e Serviços	9.870	1.287	8.582	8.582	0,3%		
04. - Transferências Correntes	777.321		496.025	461.609	14,7%	34.416	
06. - Outras despesas Correntes	211.440	152.031	33.586	33.586	1,1%		
Despesas Correntes	998.631	153.318	538.193	503.777	16,0%	34.416	50,4%
Despesas de Capital							
08. - Transferências de Capital	5.034.238		2.872.779	2.636.817	84,0%	235.962	
11. Outras despesas de Capital	48.353						
Despesas de Capital	5.082.591		2.872.779	2.636.817	84,0%	235.962	51,9%
Total Despesa	6.081.222	153.318	3.578.163	3.140.594	100,0%	270.379	53,0%

A despesa realizada em 2016 ascendeu a 3.140.594 €, a que corresponde uma taxa de execução de 53%, sendo 503.777 €, de natureza corrente e 2.636.817 € de capital.

Em termos de estrutura salientam-se as despesas de capital com um peso de 84%, enquanto a corrente contribuiu apenas com 16% em relação ao total da despesa.

Na despesa corrente paga no valor de 503.777 €, salientam-se as transferências correntes com 461.609 € respeitantes aos pagamentos efetuados aos serviços beneficiários no âmbito de 5 contratos de financiamentos celebrados. O remanescente refere-se ao pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas no valor de 8.582 € e ao IRC retido na fonte pelo IGCP sobre os juros de aplicações financeiras em CEDIC, no valor de 33.586 €, correspondente a uma taxa de 25%.

A despesa de capital paga foi de 2.636.817 €, reporta-se exclusivamente às transferências de capital, decorrentes de 13 contratos de financiamento.

Os compromissos por pagar no valor de 270.379 €, referem-se a 5 contratos de financiamento, essencialmente, motivada pelos atrasos na execução das empreitadas subjacentes aos contratos de financiamento.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.1.4 - Evolução da Despesa

Para melhor se visualizar a evolução da despesa no último biénio, apresenta-se o quadro seguinte:

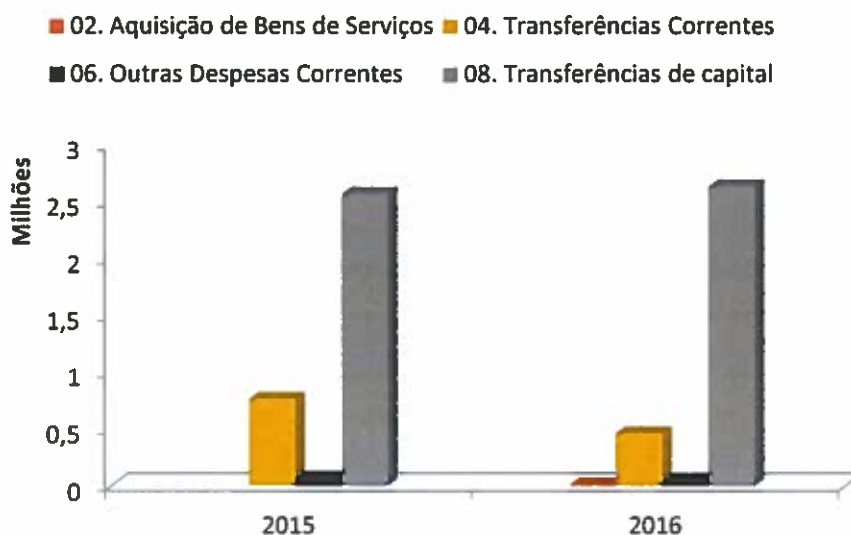
Quadro 15 – Evolução da despesa

(euros)

Designação	Despesas Pagas 2015		Despesas Pagas 2016		Variação 2015-2016	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	Valor€	%
Despesas Correntes						
02. Aquisição de Bens de Serviços			8.582	0,3%	8.582	
04. Transferências Correntes	763.097	22,5%	461.609	14,7%	-301.488	-39,5%
06. Outras Despesas Correntes	65.551	1,9%	33.586	1,1%	-31.964	-48,8%
Total das despesas correntes	828.648	24,4%	503.777	16,0%	-324.871	-39,2%
Despesas de Capital						
08. Transferências de capital	2.568.569	75,6%	2.636.817	84,0%	68.248	2,7%
Total das despesas de capital	2.568.569	75,6%	2.636.817	84,0%	68.248	2,7%
Despesas Totais	3.397.216	100,0%	3.140.594	100,0%	-256.623	-7,6%

A despesa total em 2016 apresenta um decréscimo de 7,6%, que corresponde a uma redução de 256.623 €. Contribuindo para esta redução, a diminuição das transferências correntes para os serviços beneficiários, não compensada pelo aumento nas transferências de capital.

Gráfico 8- Evolução da despesa - 2015 a 2016



FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.2- Análise dos fluxos de caixa

O mapa de Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, respeitantes à execução orçamental e os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência (execução orçamental e operações de tesouraria).

Quadro 16 - Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		5.320.238	Despesas		3.140.594
De receita próprias	5.320.238		Despesas orçamentais		
			Correntes	503.777	
			Capital	2.636.817	
Receitas			Saldo para a gerência Seguinte		10.919.594
Receitas Próprias		8.739.950	De receitas próprias	10.919.594	
Correntes	8.320.937				
Capital	419.013				
Total		14.060.188	Total		14.060.188

O saldo de gerência anterior foi de 5.320.238 € e o saldo para a gerência seguinte ascendeu ao montante de 10.914.594 €. Comparativamente com o ano de 2015, o saldo para a gerência seguinte, registou um acréscimo no montante de 5.599.357 €, correspondente ao saldo entre a receita efetiva e a despesa ocorrida em 2016, sendo que:

- A receita no valor de 8.739.950 € reparte-se por receita corrente, sendo que a sua maioria, é proveniente do princípio da onerosidade, cedências de utilização de imóveis de propriedade do Estado e juros de aplicações financeiras de CEDIC e de capital, respeita exclusivamente à afetação do produto de alienações de imóveis da propriedade do Estado.
- A despesa correspondeu a 3.140.594 €, reparte-se por corrente e capital, e engloba as transferências no âmbito dos contratos de financiamento, o imposto retido na fonte pelo IGC de aplicações financeiras em CEDIC e o pagamento de Emolumentos ao Tribunal de Contas.

Importa ainda referir, que se mantém os constrangimentos, que condicionam a relevação do valor correspondente ao aplicado em CEDIC nos saldos de abertura e de encerramento do mapa de Fluxos de Caixa e a consistência do saldo de disponibilidades nos documentos de prestação de contas⁸. Com a correção desta deficiência, no mapa de fluxos de caixa constaria a seguinte informação:

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo de gerência anterior		45.148.572	Despesas		3.140.594
De receita próprias	5.320.238		Despesas orçamentais		
CEDIC	39.828.334		Correntes	503.777	
			Capital	2.636.817	
Receitas			Saldo para a gerência Seguinte		50.747.928
Receitas Próprias		8.739.950	De receitas próprias	10.919.594	
Correntes	8.320.937		CEDIC	39.828.334	
Capital	419.013				
Total		53.888.522	Total		53.888.522

⁸ Recomendação 5 do Relatório de Auditoria nº 12/2016 2ª secção Tribunal de Contas

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL**6.3. Análise da situação Económica e Financeira**

A par de uma vertente orçamental, de receita e despesa, a prestação de contas prevê uma vertente financeira, de custos e proveitos, ativos e passivos.

As demonstrações financeiras apresentam a posição financeira e patrimonial do Fundo, reportada ao final do exercício económico.

6.3.1 – Balanço

Em termos de Balanço, este representa a situação patrimonial do Fundo no fim do exercício, expressando a relação existente entre o ativo, o passivo e os fundos próprios.

Os valores registados no Balanço nos anos de 2015 e 2016 são os seguintes:

Quadro 17 – Balanço (2016-2015)

Contas do Balanço		2016		2015		Variação	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo							
153	Títulos da dívida pública	39.828.334,28	78,3%	39.828.334,28	85,1%		0,0%
13	Conta no Tesouro	10.919.594,16	21,5%	5.320.237,63	11,4%	5.599.356,53	105,2%
271	Acréscimos de proveitos	147.673,30	0,3%	1.638.753,79	3,5%	-1.491.080,49	-91,0%
Total do Ativo		50.895.601,74	100,0%	46.787.325,70	100,0%	4.108.276,04	8,8%
Fundos Próprios e Passivo							
Fundos Próprios:							
59	Resultados Transitados	46.777.605,94	91,9%	42.416.616,25	90,7%	4.360.989,69	10,3%
88	Resultados Líquidos	4.109.986,31	8,1%	4.360.989,69	9,3%	-251.003,38	-5,8%
Total dos fundos próprios		50.887.592,25	100,0%	46.777.605,94	100,0%	4.109.986,31	4,5%
Passivo:							
273	Acréscimos de custos	7.056,69	88,1%	9.369,16	96,4%	-2.312,47	-24,7%
274	Proveitos diferidos	952,80	11,9%	350,60	3,6%	602,20	171,8%
Total do passivo		8.009,49	100,0%	9.719,76	100,0%	-1.710,27	147,1%
Total dos fundos próprios e do passivo		50.895.601,74		46.787.325,70		4.352.562,35	8,8%

Da análise ao Balanço destacam-se os seguintes aspetos:

Ativo

O Ativo registou um acréscimo de 8,8%, resultado que foi determinado pelo aumento do montante disponível na Conta no Tesouro.

A conta de títulos da dívida pública que ascendeu ao montante de 39.828.334 € inclui os títulos a curto prazo em CEDIC efetuadas pelo Fundo e que, em 31.12.2016, ainda não se encontravam vencidos. Este montante não registou variação, relativamente a 2015.

A conta no tesouro registou o montante de 10.919.594 €. Relativamente ao ano de 2015, registou um acréscimo de 105,2%, correspondente a € 5.599.357, contribuindo para este resultado o saldo de gerência anterior a integrar no orçamento de 2016.

A conta acréscimos de proveitos no montante de 147.673 €, engloba o juro ilíquido de 28.227 € relativo a CEDIC de 2016 a vencerem-se em 2017, bem como as transferências no montante 119.447 €, correspondendo ao produto da alienação de imóveis do Estado atribuído ao Fundo por despacho de afetação, conforme quadro 2 e 3 em Anexo. Esta conta apresenta uma redução de 1.491.080 € face ao ano transato, essencialmente, em reflexo dos proveitos a reconhecer no exercício 2015, cuja receita foi obtida em 2016.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Fundos Próprios

O aumento dos Fundos Próprios, é explicado sobretudo pela evolução da conta de resultados transitados, que reflete o valor acumulado de Resultados Líquidos obtidos desde a criação do Fundo, que registou um acréscimo de 10,3%. Por sua vez, o resultado líquido do exercício, registou um decréscimo de 5,8% face a 2015.

Passivo

A conta Proveitos diferida compreende os proveitos no montante de 952,80 €, provenientes de cedências e arrendamentos de imóveis da propriedade do Estado que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

A conta de custos deferidos engloba os custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, no montante de 7.057 €. Relativamente ao ano transato verificou-se uma diminuição de 24,7%, deveu-se à descida na taxa de juro que consequente fez diminuir o rendimento de capitais e por sua vez o IRC.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6.3.2 – Demonstração de Resultados

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de custos e proveitos é proporcionada pela Demonstração de Resultados, por natureza, evidenciando a avaliação do resultado do exercício económico e o modo como foi gerado.

Quadro 18 – Demonstração de resultados (2016-2015)

Contas da Demonstração de Resultados		2016		2015		Variações
		Valor	%	Valor	%	Valor
Custos e Perdas						
62236	Fornecimentos e Serviços/trabalhos especializados	8.582,00	0,3%			8.582,00
631	Transferências Correntes Concedidos	3.098.425,45	95,0%	3.331.665,74	98,3%	-233.240,29
651	IRC	31.273,70	1,0%	57.215,86	1,7%	-25.942,16
	Total dos Custos Perdas operacionais	3.138.281,15	96,3%	3.388.881,60	100,0%	-250.600,45
69	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	121.590,00				- 121.590,00
	Total dos Custos extraordinários	121.590,00	3,7%			
Total dos Custos Perdas		3.259.871,15	100,0%	3.388.881,60	100,0%	-129.010,45
Proveitos e Ganhos						
742	Transferências Correntes Obtidas					
	Transferências /outros proveitos alienações	167.010,24		275.450,50		-108.440,26
	Transferências /outros proveitos (p. onerosidade)	6.752.326,44		7.100.073,00		-347.746,56
	Transferência/outros proveitos pagamento da compensação/mensal / anual	141.345,77		117.240,31		24.105,46
	Total de Proveitos e Ganhos Operacionais	7.060.682,45	95,8%	7.492.763,81	96,7%	-432.081,36
781	Juros Obtidos					
	Juro Ilíquido	125.094,77		228.863,38		-103.768,61
	Total de Proveitos e Ganhos Financeiros	125.094,77	1,7%	228.863,38	3,0%	-103.768,61
797	Correções relativas a exercícios anteriores	184.080,24		28.244,10		155.836,14
	Total dos Proveitos e ganhos extraordinários	184.080,24	2,5%	28.244,10	0,4%	155.836,14
Total de Proveitos e Ganhos		7.369.857,46	100,0%	7.749.871,29	100,0%	-380.013,83
Resultados						
81	Resultados Operacionais					
	Proveitos Operacionais - Custos Operacionais	3.922.401,30		4.103.882,21		-181.480,91
82	Resultados Financeiros					
	Proveitos Financeiros	125.094,77		228.863,38		-103.768,61
83	Resultados Correntes					
	Resultados operacionais + Resultados Financeiros	4.047.496,07		4.332.745,59		-285.249,52
84	Resultados Extraordinários					
	Proveitos Extraordinários	62.490,24		28.244,10		34.246,14
88	Resultados Líquidos do Exercício					
	Resultados Correntes ± resultados extraordinário	4.109.986,31		4.360.989,69		-251.003,38



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os proveitos globais gerados foram de 7.369.857,46 € enquanto os custos totais foram de 3.259.871,15 €, gerando um Resultado Líquido do exercício de 4.109.986,31€.

Proveitos e Ganhos

Em termos de proveitos e ganhos, verifica-se que os proveitos operacionais, que resultam da atividade corrente do Fundo, são os que apresentam mais relevância correspondendo a 95,8%, seguindo-se os proveitos extraordinários com 2,5% e por último proveitos e ganhos financeiros com 1,7%.

Por comparação com os proveitos operacionais de 2015, verifica-se uma diminuição de 432.081,36 €, consequente do decréscimo do proveito proveniente da aplicação do princípio da onerosidade, e ainda, do produto da alinação dos imóveis da propriedade do Estado.

Quanto aos proveitos financeiros, registaram uma quebra de 103.768,61 €, justificada pela descida das taxas de juro, e consequente diminuição dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

Relativamente aos proveitos extraordinários registou uma variação positiva de 155.836,14, correspondentes a receitas recebidas em 2016, que se referem a proveitos de anos anteriores.

Custos e Perdas

Os custos operacionais sofreram um decréscimo de 250.600,45 €. Este comportamento resulta principalmente da diminuição das transferências efetuadas para os serviços beneficiários no âmbito dos contratos de financiamento celebrados.

Relativamente aos Outros Custos e Perdas Extraordinárias, registou-se um decréscimo de 121.590,00 €, correspondente à restituição de receita referente ao ano de 2015.

Resultados

Os resultados operacionais no valor de 3.922.401,30 €, à semelhança do ano anterior, revelam que os proveitos operacionais foram suficientes para suportar a despesa da mesma natureza. Comparativamente com o ano de 2015 evidenciaram, um decréscimo de 181.480,91 €, que decorreu essencialmente da redução dos proveitos da alinação de imóveis de propriedade do Estado, bem como, dos proveitos provenientes da aplicação do princípio da onerosidade.

Situação semelhante acontece com os resultados correntes que registaram um decréscimo de 285.249,52 €. Os Resultados Extraordinários registaram um acréscimo de 34.246,14 €.

O resultado líquido do exercício é positivo em 4.109.986,83 €. Comparativamente com 2015, registou uma quebra no montante de 251.003,38 €.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

7. Síntese conclusiva

O ano de 2016 pode considerar-se como mais um ano de consolidação na prossecução dos objetivos estabelecidos, tendo-se registado um aumento no número de candidaturas apresentadas, um abrandamento quer no processo de apreciação e aprovação de novas candidaturas submetidas ao Fundo quer na contratação. Com efeito, durante o ano foram celebrados 12 novos contratos de financiamento, permanecendo no final de 2016 um universo de 17 candidaturas por contratar.

Verificou-se também uma ligeira quebra na execução financeira, que registou um decréscimo no volume de pagamentos aos serviços beneficiários que passou de 3,3 milhões de euros em 2015 para 3.1 milhões de euros em 2016. Porém, houve constrangimentos que condicionaram a execução das operações contratadas, designadamente os atrasos registados na execução das empreitadas de obras, e os procedimentos pré-contratuais para execução das empreitadas.

Ao nível da execução financeira constata-se ainda, que persiste um significativo desfasamento relativamente aos montantes aprovados, situação esta que se deve essencialmente às restrições orçamentais decorrentes da conjuntura económica e financeira e que conduzem a que os serviços beneficiários não disponham de dotação para assegurar a parte não participada pelo Fundo.

Em termos orçamentais, a receita arrecadada no valor de 8,7 milhões de euros foi superior à despesa que se cifrou em 3,1 milhões, gerando um saldo de 5,6 milhões de euros, valor este, a que acresce o saldo de gerência transitado de 2015, obtendo-se o valor de 10,9 milhões de euros para a gerência seguinte.

Comparativamente a 2015, a receita arrecadada registou um aumento de 1,8 milhões de euros, que ficou a dever-se essencialmente ao acréscimo da receita proveniente do princípio de onerosidade.

A situação económico-financeira mantém-se positiva, verificando-se assim, que para cumprir os objetivos do Fundo, os proveitos gerados foram suficientes para fazer face à despesa decorrente dos pagamentos efetuados no âmbito dos contratos financiamento celebrados, gerando ainda, um resultado líquido de 4,1 milhões de euros.

O balanço evidencia uma variação positiva de 4,1 milhões de euros, para a qual contribui especialmente o aumento do valor registado na conta do tesouro, no ativo. Em relação aos fundos próprios a variação foi influenciada pela transferência do resultado líquido de 2015, de 4,4 milhões de euros, para a conta de resultados transitados.

Em 2017 o Fundo tenciona dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em utilização por parte dos serviços e organismos públicos, contribuindo desse modo para melhorar a utilidade e funcionalidade desse património.

Para o efeito, pretende-se prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.

É também objetivo reforçar o acompanhamento das candidaturas aprovadas e ainda não contratualizadas ou que não tenham execução, tendo em vista a respetiva concretização ou o eventual cancelamento/desistência das mesmas ou eliminação dos compromissos financeiros quando não se preveja a sua execução, com consequente libertação de recursos para reafecção a outras candidaturas.

No que respeita à divulgação de informação relativa ao Fundo, conforme previsto no plano de atividades, foi inserida informação no site da DGTF, nomeadamente legislação aplicável ao Fundo e Relatórios de Gestão e Contas.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Pretende-se dar continuidade ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, visando a normalização do conjunto de documentos que devem ser submetidos relativamente a cada candidatura e a otimização dos tempos de verificação e apreciação das mesmas, bem como permitir aos Serviços beneficiários a consulta e interação fácil em qualquer momento e em qualquer fase do ciclo das candidaturas. Esta funcionalidade encontra-se pendente do projeto em desenvolvimento pela DGTF e que enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial.

Prevê-se ainda rever alguns aspetos do regulamento de gestão do Fundo, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, de forma a contemplar a alteração introduzida ao objeto e finalidade do Fundo pela Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013 e que conferiu nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro. A referida revisão visa ainda adequar o enquadramento legal em vigor ao que tem sido a atividade efetiva do Fundo, alterando e agilizando os procedimentos.

Em, 30 de março de 2017

A COMISSÃO DIRETIVA

Maria João Araújo
(Presidente)

Bernardo Alabaça
(Vogal)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexos

Quadro A.1 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2016)

Ano	Ministério	Contratos / Aditamentos		Valor Total	Financiamento do FRCP	Execução Financeira	
						Anos anteriores	2016
2010	MAOTE	1		1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97	
	Subtotal	1		1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97	
2011	MAI ⁹	1		369.000,00	276.750,00	-	
	MS	1	1	73.790,72	55.343,03	55.343,03	
	Subtotal	2	1	442.790,72	332.093,03	55.343,03	
2012	MAI	1		172.175,40	137.740,32	137.740,32	
	MAM *	5	5	415.204,01	311.403,02	250.545,00	
	MF	1		143.541,00	114.832,80	114.832,78	
	MS*	1	2	547.103,66	410.327,75	407.983,25	
	Subtotal	8	7	1.278.024,07	974.303,89	911.101,35	
2013	MAI	12		1.063.416,60	848.028,32	848.028,32	
	MAM*	2	1	231.828,92	183.053,20	36149,09	
	MDN	4		665.932,92	499.449,70	499.449,70	
	PCM	5	1	1298991,74	1.121.087,89	1.121.087,74	
	Subtotal	23	2	3.260.170,18	2.651.619,11	2.504.714,85	
2014	MAI	5		614.258,06	460.693,55	460.693,55	
	MAM	2		323.310,00	242.482,50	21.419,80	
	MDN	11		1.803.876,18	1.396.568,87	1.396.568,87	
	MEC	1		1.019.104,82	764.328,61	-	
	MTSSS	1		364.833,41	291.866,73	291.866,73	
	PCM*	4	4	1.439.216,62	1.297.782,67	736.429,67	561.353,00
	Subtotal	24	4	5.564.599,09	4.453.722,93	2.906.978,62	561.353,00
2015	MAI	2		290.283,32	217.712,49	217.712,49	
	MDN	1		231.507,34	173.630,51	173.630,51	
	MF	2	1	541.036,23	414.748,56	143.542,15	271.206,41
	MS	1		1.032.164,11	774.123,08	774.123,08	
	MTSSS	2	1	815.895,46	611.921,61	611.921,59	
	PCM	8		1.670.400,32	1.377.537,92	651.570,62	588.684,56
	Subtotal	16	2	4.581.286,78	3.569.674,17	2.572.500,44	859.890,97
2016	MAI	2		240.157,50	186.175,88		151.759,53
	MEC	1		231.559,55	185.247,64		89.115,37
	MS	1		665.602,59	532.482,07		529.934,89
	MTSSS	3	3	524.986,62	408.843,24		408.843,24
	PCM	5	1	656.316,83	497.528,45		497.528,45
	Subtotal	12	4	2.318.623,09	1.810.277,28	0,00	1.677.181,48
Total		86	20	18.987.795,22	14.948.416,38	10.107.364,26	3.098.425,45

⁹ Contrato celebrado com o extinto Governo Civil de Santarém

Quadro A.2 -- Aplicações em CEDIC

Data de início da aplicação	Data de vencimento	Montante aplicado	Taxa (%)	Montante líquido a receber na data do vencimento	Juro líquido na data do vencimento	IRC na data do vencimento	Juro ilíquido	Imputação a 2016		
								Juro líquido na data do vencimento	IRC	Juro ilíquido
28-01-2015	28-01-2016	797.000,00	0,480	799.909,05	2.909,05	969,68	3.878,73	223,16	74,38	297,54
02-03-2015	01-03-2016	1.009.170,00	0,440	1.012.546,51	3.376,51	1.125,51	4.502,02	564,29	188,10	752,39
27-03-2015	24-03-2016	858.837,98	0,400	861.435,96	2.597,98	866,00	3.463,98	601,18	200,40	801,58
03-06-2015	02-06-2016	2.316.309,02	0,360	2.322.649,92	6.340,90	2.113,63	8.454,53	2.675,34	891,78	3.567,12
30-06-2015	29-06-2016	2.901.324,93	0,360	2.909.267,31	7.942,38	2.647,46	10.589,84	3.938,55	1.312,85	5.251,40
04-08-2015	03-08-2016	5.937.032,00	0,420	5.955.993,39	18.961,39	6.320,47	25.281,86	11.220,98	3.740,33	14.961,31
01-10-2015	30-09-2016	706.577,59	0,340	708.404,39	1.826,80	608,93	2.435,73	1.371,35	457,11	1.828,46
20-10-2015	19-10-2016	3.408.266,79	0,330	3.416.819,41	8.552,62	2.850,87	11.403,49	6.865,53	2.288,51	9.154,04
03-11-2015	02-11-2016	1.103.879,22	0,310	1.106.481,38	2.602,16	867,39	3.469,55	2.188,67	729,56	2.918,23
03-12-2015	02-12-2016	14.943.321,09	0,300	14.977.410,54	34.089,45	11.363,15	45.452,60	31.474,37	10.491,46	41.965,83
30-12-2015	29-12-2016	1.535.047,23	0,260	1.538.082,15	3.034,92	1.011,64	4.046,56	3.026,61	1.008,87	4.035,48
30-12-2015	29-12-2016	4.311.568,43	0,260	4.320.092,76	8.524,33	2.841,44	11.365,77	8.500,98	2.833,66	11.334,64
Subtotal		39.828.334,28		39.929.092,77	100.758,49	33.586,17	134.344,66	72.651,01	24.217,01	96.868,02
28-01-2016	27-01-2017	797.000,00	0,230	798.393,92	1.393,92	464,64	1.858,56	1.290,81	430,27	1.721,08
01-03-2016	01-03-2017	1.009.170,00	0,190	1.010.628,04	1.458,04	486,01	1.944,05	1.218,36	406,12	1.624,48
24-03-2016	24-03-2017	858.837,98	0,200	860.144,13	1.306,15	435,38	1.741,53	1.009,13	336,38	1.345,51
02-06-2016	02-06-2017	2.316.309,02	0,290	2.321.416,96	5.107,94	1.702,65	6.810,59	2.966,81	988,93	3.955,74
29-06-2016	29-06-2017	2.901.324,93	0,250	2.906.840,47	5.515,54	1.838,51	7.354,05	2.795,55	931,85	3.727,40
03-08-2016	03-08-2017	5.937.032,00	0,400	5.955.090,47	18.058,47	6.019,49	24.077,96	7.421,29	2.473,76	9.895,05
30-09-2016	29-09-2017	706.577,59	0,340	708.399,38	1.821,79	607,27	2.429,06	460,45	153,49	613,94
19-10-2016	19-10-2017	3.408.266,79	0,230	3.414.227,71	5.960,92	1.986,97	7.947,89	1.192,18	397,40	1.589,58
02-11-2016	02-11-2017	1.103.879,22	0,230	1.105.809,86	1.930,64	643,55	2.574,19	312,08	104,02	416,10
02-12-2016	01-12-2017	14.943.321,09	0,270	14.973.917,54	30.596,45	10.198,82	40.795,27	2.437,63	812,54	3.250,17
29-12-2016	29-12-2017	5.846.615,66	0,270	5.858.619,49	12.003,83	4.001,28	16.005,11	65,77	21,93	87,70
Subtotal		39.828.334,28		39.913.487,97	85.153,69	28.384,57	113.538,26	21.170,06	7.056,69	28.226,75
Total								93.821,07	31.273,70	125.094,77

Quadro A.3 – Acréscimo de Proveitos – Alienação de imóveis

Ano	Edifícios	Afetação ao Fundo	Valor a receber
2011	Edifício de São Pedro do Sul	15.000,00	2.810,17
2011	Antiga Estação Regional de Leite e Lacticínios de Paços de Ferreira	64.000,05	37.214,70
2012	Edifício ex-SLAT da Covilhã	3.195,00	628,10
2012	Antigas instalações fabris da empresa-António Pereira e Vidal e Filhos	10.457,38	6.783,35
2014	Fração H do prédio sito R. Santa Catarina, 520, Porto	3.115,00	2.717,64
2014	Calçada S. Lourenço, n.º 2-4, Lisboa	11.500,00	3.102,17
2014	Frações G na Rua dos Fanqueiros 90 a 100, Lisboa	15.350,50	13.392,29
2014	Prédio urbano Lugar de cabanas, Valpaços	3.140,00	2.883,62
2015	Prédio misto s/c 406 m2 sito na quinta dos Almarjões em Santa Cruz	19.230,00	16.543,17
2015	Fração autónoma AB - T3-Rua Fernão de Magalhães, 21-3.º Cerro da Alagoa, 1.ª Fase Albufeira	8.500,00	2.401,80
2015	Edifício da antiga cadeia de Vouzela, sito no lugar da Feira, Vouzela	6.480,00	4.860,00
2016	Prédio misto sito no Dargaçal, em Lagos	8.100,00	6.900,00
2016	Fração "J" do prédio sito na Alameda das Linhas de Torre, 254, 4.º Dt.º, em Lisboa	20.220,00	19.209,00
Total			119.446,55